

# Priori

Máquinas & Equipamentos

A  
Prefeitura Municipal de Vacaria.  
Vacaria / RS

A/C  
Comissão de Licitação

**Ref. Edital Pregão Presencial nº 14/2007**

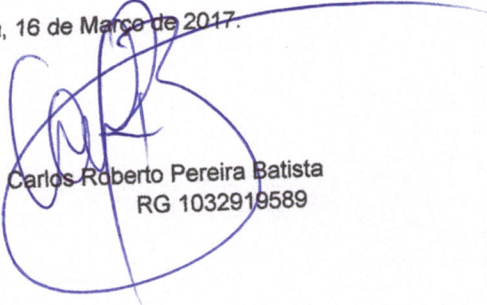
**OBJETO: IMPUGNAÇÃO DE EDITAL**

A Bertinatto Maquinas Ltda - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Voluntários da Pátria, nº 1013 - Floresta - Porto Alegre - RS, CEP 90.230-011, inscrita no CNPJ 11.920.102/0001-41, revendedor autorizado do equipamento fabricado pela LiuGong Latin América Maquinas para Construção Pesada Ltda, respeitosamente vem a presença e vossa senhoria, com fulcro no § 2º do art. 41 da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, por meio desta vem apresentar impugnação perante o ato convocatório pelos seguintes fatos e fundamentos de direito que expõem nas razões anexas.

Requer que a presente impugnação e razões anexas sejam recebidas, processadas e julgadas na forma da legislação.

Termos em que pede e espera deferimento.

De Porto Alegre para Vacaria, 16 de Março de 2017.

  
Carlos Roberto Pereira Batista  
RG 1032919589

**11.920.102/0001-41**  
BERTINATTO MÁQUINAS LTDA-ME  
RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 1013  
FLORESTA-CEP 90230-011  
PORTO ALEGRE-RS

**PRIORI LOCAÇÕES E VENDAS**

Rua Voluntários da Pátria, 1015 - Bairro Floresta - Porto Alegre - RS - Cep: 90230-011 - Fone (051) 3061 2221.





# Priori

Máquinas & Equipamentos

RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL 14/2017:

PELA IMPUGNANTE BERTINATTO MAQUINAS LTDA.

Sr. Presidente e demais membros da  
Comissão de Licitações da PM de Vacaria.

A requerente é interessada e participará do Certame instaurado pelo Município de Vacaria, e ao examinar o Ato Convocatório no qual fixou o regramento que norteará o procedimento licitatório, ao realizar a descrição do objeto a ser adquirido por essa comuna S.M.J. está infringindo o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, senão vejamos:

Assim, considerando a situação solicitada com cláusula e condiçãoostas que compromete, restringe o caráter competitivo entende-se que estabelecer Somente para o ROLO COMPACTADOR Código FINAME, restringiu de fato a participação de outras licitantes no certame, incidindo na vedação contida no art. 3º, § 1º, da Lei 8.666/1993.

Sr. Presidente!

A) VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E IMPESSOALIDADE.

Normatiza o art. 3º da Lei nº 8.666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato; (GRIFO NOSSO)

I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;

Dessa forma, o item 1.5 - h, do ato convocatório descreve o bem a ser adquirido na seguinte parte da redação:

1.5 - Além de atender a todas as exigências do objeto do edital e prospectos acima, a(s) máquina(s) (rolo e motoniveladora) deverá(ão) possuir/ser, no mínimo ou superior:

Somente para o ROLO COMPACTADOR:

h) Código FINAME;

Portanto, pelo presente, solicitamos que a descrição do objeto da licitação do item 1.5 letra h) Código FINAME; seja excluídos do edital, afastando as cláusulas ilegais/impeditivas de maior participação/competição na referida licitação, garantindo a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, de maneira a assegurar oportunidade igual a todos os interessados e possibilitar o comparecimento ao certame do maior número possível de concorrentes,

**PRIORI LOCAÇÕES E VENDAS**

Rua Voluntários da Pátria, 1015 - Bairro Floresta - Porto Alegre - RS - Cep: 90230-011 - Fone (051) 3061 2221.





# Priori

Máquinas & Equipamentos

Portanto as normas que disciplinam as licitações devem ser interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, tornando-a assim, dentro dos requisitos da LEI 8.666/93.

Outrossim, consoante ensina a professora Fernanda Marinela, os princípios da moralidade e da probidade administrativa **"exigem a observância dos padrões éticos e morais, da correção de atitudes, da lealdade e da boa-fé"**.

A legalidade é princípio fundamental em qualquer Estado de Direito, porquanto o Poder Público estará sujeito aos mandamentos previstos em lei (lato sensu). Ocorre que, como visto anteriormente, na Administração Pública, vigora o princípio da indisponibilidade do interesse público, que é determinado exatamente pela lei.

Assim sendo, ato administrativo praticado com afronta à lei deverá ser decretado inválido pela própria administração autora do ato ou pelo Poder Judiciário, mediante provocação. É esse o sentido do artigo 49 da Lei 8.666/93 ao dispor que a autoridade competente pela licitação deverá "anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado".

Observa-se, pois, que a administração, em face de seu poder de autotutela, poderá de ofício anular atos viciados, entendimento esse reforçado pelo enunciado da súmula do STF:

Súmula 346 - A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

A doutrinária interpreta o dispositivo literalmente e o defende com base no enunciado da súmula do STF:

Súmula nº 473 - A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Como vimos, a forma em que foi descrito o objeto no pedido realizado pelo Secretária Municipal, acabou por direcionar o certame, assistindo razão as empresas impugnantes, que requereram a anulabilidade do ato administrativo (edital) pela afronta ao artigo 3º da Lei 8.666/93.

O inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal normatiza:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)  
XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Regulamento)

## PRIORI LOCAÇÕES E VENDAS

Rua Voluntários da Pátria, 1015 - Bairro Floresta - Porto Alegre - RS - Cep: 90230-011 - Fone (051) 3061 2221.





# Priori

Máquinas & Equipamentos

Sr.(a) Presidente! Senhores (as) Membros da Comissão de Licitações: Não é o intuito da Impugnante tergiversar com o Município de Vacaria, porém, se não forem realizadas as modificações elencadas na presente impugnação o ato convocatório ficará a mercê de:

I) Anulabilidade do certame por violação aos Princípios da Competitividade, da Legalidade, Impessoalidade elencados no art. 3º da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;

II) Apointamento pela equipe de auditoria do Egrégio Tribunal de Contas referente ao exercício financeiro de 2017 quando da confecção da RAG – Relatório de Acompanhamento de Gestão; e as consequências decorrentes:

- a) prestar esclarecimentos referente a este fato perante o TCE;
- b) Ação Civil Pública instaurada pelo Ministério Público (prática de improbidade administrativa – inserção de critério de direcionamento no objeto em procedimento licitatório)

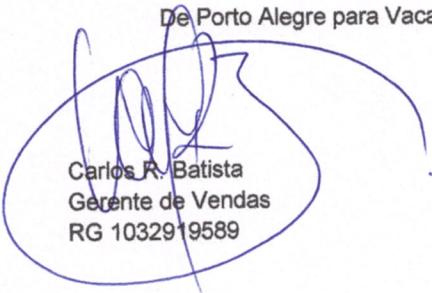
Senhor Presidente:

Face ao todo exposto, amparada na LEGISLAÇÃO e DOUTRINA requer seja recebida, processada e apreciada a presente impugnação ao edital nº 14/2017 e anexada ao presente procedimento licitatório.

Requer ainda, pelos motivos expostos em que não há justificativa técnica para tais exigências na descrição do objeto, que a Comissão de Licitações do Município de Vacaria JULGUE A PROCEDENTE A IMPUGNAÇÃO APRESENTADA e sejam suprimidas as expressões e exigências ora impugnadas do edital a fim de que seja respeitado o Princípio da Impessoalidade e consequentemente o Princípio da Legalidade, previsto no art. 3º da Lei de Licitações.

Termos em que Pede Deferimento, como medida de justiça!

De Porto Alegre para Vacaria, 16 de Março de 2017.

  
Carlos R. Batista  
Gerente de Vendas  
RG 1032919589

**PRIORI LOCAÇÕES E VENDAS**

Rua Voluntários da Pátria, 1015 – Bairro Floresta – Porto Alegre – RS – Cep: 90230-011 – Fone: (051) 3061 2221.

11.920.102/0001-41

BERTINATTO MÁQUINAS LTDA-ME

RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 1015  
FLORESTA-CEP 90230-011

PORTO ALEGRE-RS

